

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE.**

**MONOGRAFIA
LEITURA DA PAISAGEM – UMA ANÁLISE
DO SEU PAPEL COMO INSTRUMENTO DE
ABORDAGEM PARTICIPATIVA PARA
DIAGNÓSTICO RURAL RÁPIDO DA
REALIDADE MUNICIPAL: O CASO DE SANTA
VITÓRIA DO PALMAR.**

MARCELO PORTO NICOLA

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE.**

**LEITURA DA PAISAGEM – UMA ANÁLISE DO SEU PAPEL
COMO INSTRUMENTO DE ABORDAGEM PARTICIPATIVA PARA
DIAGNÓSTICO RURAL RÁPIDO DA REALIDADE MUNICIPAL: O
CASO DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR.**

MARCELO PORTO NICOLA

Sob a Orientação da
Profª Ph.D. Júlia S. Guivant

Monografia submetida como requisito
parcial para obtenção do diploma de
Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Seropédica, RJ.
Novembro de 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE.**

MARCELO PORTO NICOLA

Monografia submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do diploma de Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

MONOGRAFIA APROVADA EM ----/----/---- (Data da defesa)

Assinatura

Júlia S. Guivant.(Ph.D.) UFSC
(Orientador)

Assinatura

Nelson Giordano Delgado (Ph.D.) CPDA/UFRRJ

Assinatura

Silvana de Paula (Ph.D.) CPDA/UFRRJ

Assinatura

Nora Beatriz Presno Amodeo (Ph.D.) REDCAPA

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

APP's	Áreas de Preservação Permanente;
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul;
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica;
cm	Centímetros;
CMDR's	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
COMAGRO	Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Vitória do Palmar;
DPSR	Diagnósticos Participativos de Sistemas Rurais;
Dept.	Departamento;
DRP	Diagnóstico Rural Participativo;
DRSR	Diagnóstico Rápido de Sistemas Rurais;
ESREG	Escritório Regional;
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
Ha	Hectares;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
IRGA	Instituto Riograndense do Arroz;
Km	Quilômetros;
Loc.	Localidade;
lts	Litros;
mm	Milímetros;
m ³	Metros Cúbicos;
Obs.	Observação;
ONGs	Organizações Não Governamentais;
ROU	República Oriental do Uruguai;
SAA-CEASA	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento-Companhia Estadual de Abastecimento;

SAA-EMATER-RS	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural;
S.T.R	Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
ZERI	Zero Emissions Research Initiative;

RESUMO

NICOLA, Marcelo Porto. **Leitura da Paisagem – Uma Análise do seu Papel como Instrumento de Abordagem Participativa para Diagnóstico Rural Rápido da Realidade Municipal: O Caso de Santa Vitória Do Palmar.** Seropédica: UFRRJ, 2002. 30p. (Monografia, Pós-graduação Lato Sensu em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Em outubro de 2001, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Santa Vitória do Palmar-RS iniciou um processo de diagnóstico participativo da realidade municipal, através da etapa Leitura da Paisagem, com o objetivo geral de construção de uma proposta local de desenvolvimento sustentável visando os segmentos mais carentes da agropecuária municipal, entre eles, os pescadores artesanais, os agricultores e pecuaristas familiares.

Neste trabalho, analisa-se a experiência metodológica da Leitura da Paisagem, início de um processo de construção de uma proposta local de desenvolvimento compartilhada entre atores locais, no município mencionado. Para realizar tal análise são caracterizados os agentes envolvidos, o método participativo utilizado e identificados os limites e potenciais deste instrumento confrontados com estudos realizados na trajetória dos diagnósticos rurais e com a percepção dos participantes (conselheiros municipais, lideranças rurais, técnicos e produtores).

A investigação está baseada, na observação participante, na análise do documento final da Leitura da Paisagem, nos questionários realizados com uma amostra de 18% dos atores locais e na revisão bibliográfica dos estudos relativos aos diagnósticos rurais.

Como considerações finais o trabalho destaca que a aplicação da ferramenta Leitura da Paisagem possibilitou de forma rápida e eficiente a obtenção de uma visão geral da realidade social, econômica e ambiental do município, apesar das limitações de representatividade do grupo de trabalho. Isso demonstra a utilidade da técnica como passo inicial dentro de um processo de planejamento, visando o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras Chave: Participação, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade.

SUMÁRIO

1-Introdução	01
2-A Noção de Paisagem	03
3-A Participação no Desenvolvimento Rural	04
4-A Leitura da Paisagem em Santa Vitória do Palmar	07
5-As Possibilidades para Formulação de Políticas Públicas	19
6-Limites e Potencialidades do Instrumento	20
7-Considerações Finais	25
8-Bibliografia	27
9-Anexos	28

1 - Introdução

O desenvolvimento rural sustentável implica a necessidade de maior interdisciplinaridade e participação dos agentes como componentes críticos do sucesso de qualquer projeto para o setor rural. Como resultado, muitas agências de desenvolvimento, incluindo ONGs, instituições oficiais de ensino, pesquisa e extensão, estão adotando novas formas de trabalho. Na atualidade, a participação dos atores sociais é ingrediente indispensável em todas as etapas do processo metodológico de construção de propostas locais de desenvolvimento rural, desde o diagnóstico, passando pela formulação e execução até as etapas de monitoramento e avaliação (Pretty, 1995; Scoones e Thompson, 1994; Guivant, 1997). Conforme Thurow (apud Becker e Bandeira, 2000), devemos considerar “a valorização das habilidades de articulação dos agentes locais como única forma de gerar os conhecimentos a fim de atingir a sustentabilidade ‘do lugar’ no longo prazo”. Esta idéia pode ser complementada com o argumento de Beck (apud Becker e Bandeira, 2000) a respeito do desenvolvimento econômico que “resulta de duas tendências contraditórias e, ao mesmo tempo, complementares,... De um lado, observa-se a crescente transnacionalização dos espaços econômicos. De outro lado, constata-se a decorrente regionalização dos espaços sociais”.

Enquanto etapa indispensável na construção de uma proposta de desenvolvimento local sustentável, o diagnóstico rural e seus métodos devem se ajustar a essas tendências, promovendo em sua prática a interação de disciplinas, saberes, e proporcionando aos atores envolvidos um ambiente propício ao diálogo, respeito e participação.

Analizando o diagnóstico rural, podemos ver que os profissionais e instituições depositavam excessiva confiança na informação colhida através das pesquisas/questionários, resultando na maioria dos casos uma visão parcial das realidades rurais. Nos últimos trinta anos, estes questionários quase viraram uma indústria, com geração de contingentes de escravos da metodologia.

Segundo Pretty (1995), Scoones e Thompson (1994) e Chambers (apud Almeida, 1992), dentro dessa perspectiva encontram-se as breves visitas a campo, feitas por profissionais do desenvolvimento, que as usam para compreender a realidade complexa do meio rural, mas acabam simplificando-a. Neste tipo de “turismo”, os profissionais não só vêem uma pequena e selecionada parte da realidade rural, mas também passam a acreditar que é a visão certa.

Os mesmos autores acrescentam que o maior problema é quando se acredita que esta parte do quadro é o quadro todo. E aqui se configura um ponto crítico, quando tecnologias ou projetos difundidos não funcionam ou são rejeitados. Estes profissionais tendem a impor seus próprios critérios e construções. Como as características locais são sempre muito diversas e ricas na sua heterogeneidade, o resultado alcançado ocasiona redução da diversidade à simplicidade, da heterogeneidade à homogeneidade.

Chambers (1992), descrevendo a história dos diagnósticos rurais desde a década de 60 até os dias de hoje, afirma que durante a década de 60 a idéia predominante era de que o mundo “desenvolvido” possuía as respostas a respeito dos problemas das populações pobres do terceiro mundo. No entanto, o modelo de transferência de inovações fracassou, levando os especialistas à conclusão de que necessitavam mais informações para embasarem suas propostas de soluções. Na década de 70, tornaram-se mais evidentes as limitações destes instrumentos, quanto à tendenciosidade nas informações obtidas em visitas curtas (turismo), suas imprecisões, morosidade e custos altos. Em função disso,

intensifica-se a busca por métodos mais eficazes para saber das condições de vida e sobre os habitantes das zonas rurais como uma etapa central para o desenvolvimento rural.

Desde então, foi formulado o DRSR (Diagnóstico Rápido de Sistemas Rurais) para resolver esse problema, com eficiência na coleta de informações oportunas, redução de custos e valorizando o conhecimento da população rural a respeito de questões que afetavam suas próprias vidas.

Ao final da década de 80, a abordagem e os métodos de DRSR estavam oferecendo uma amplitude e qualidade de informações e tendências que os métodos tradicionais de difusão de tecnologias não conseguiam captar. O contato físico entre os agentes externos e as populações locais proporcionava uma troca de informações mais abrangente, capturando a diversidade e as diferenças, além de liberar os agentes da escravidão dos questionários, cheios de perguntas que nem sempre eram de utilidade para os técnicos.

Ainda Chambers (1992) destaca que nos anos 90 são formulados os DPSRs (Diagnósticos Participativos de Sistemas Rurais) como um meio mais adequado para que as pessoas de fora pudessem apreender a realidade local, substituindo a característica mais extractiva dos DRSRs, em que o “especialista em desenvolvimento” era o ator principal. Os agentes externos ainda são atores importantes, mas suas funções são outras, entre elas, aprender, catalisar, facilitar e reunir as pessoas.

Cada vez mais se reconhece que os atores locais detêm parcela significativa do conhecimento, e que são essas populações que devem identificar quais devem ser as prioridades.

Na verdade os DPSRs são uma nova forma de DRSRs, que vêm repassando a iniciativa cada vez mais das pessoas de fora para as populações locais.

De acordo com Pretty (1995) e Scoones e Thompson (1994), os critérios considerados mais importantes para os métodos participativos são totalmente distintos dos critérios importantes nos métodos convencionais¹. As questões relevantes são: i - as pessoas foram transformadas pelo processo?; ii - passaram a ter uma melhor percepção de suas realidades construídas socialmente?; iii - tiveram um aumento da consciência e apreciação das construções realizadas por outros atores?; e iv - até que ponto a pesquisa levou à ação? Esses critérios evidenciam a importância que tem a capacitação e aprendizagem dos atores envolvidos nos processos participativos.

A proposta de desenvolvimento rural sustentável em processo inicial de implantação no município de Santa Vitória do Palmar alinha-se com a tendência atual, em que os progressos mais significativos alcançados nesse campo estão associados a duas características interdependentes, como destacam Petersen e Romano (1999): a participação da sociedade civil em todas as etapas e o enfoque local do processo de desenvolvimento. Nesta experiência em análise se investiga a realidade rural socioeconômica e ambiental com identificação e demarcação de regiões homogêneas, através da aplicação do instrumento metodológico Leitura da Paisagem.

¹ Os quatro critérios utilizados pelos pesquisadores convencionais para persuadir a audiência de que suas observações são confiáveis são: 1 - Validez interna (como podemos confiar na “verdade” do observado?); 2 - validade externa (como aplicar estes conhecimentos a outras realidades?); 3 - confiabilidade (será que os conhecimentos se repetirão se a pesquisa for feita novamente com os mesmos sujeitos num mesmo contexto?); e 4 - objetividade (como ter certeza de que não houve interferência dos preconceitos do pesquisador?).

2 - A noção de paisagem

A aplicação do instrumento Leitura da Paisagem fundamenta seus princípios na noção de que, conforme Rocha, Souza e Milano (1997), as “paisagens são sistemas abertos no sentido em que podem ser caracterizados pela troca de matéria e energia com as superfícies circundantes”. Citando Forman e Godron (1986)², os autores complementam que “quando um grande número de componentes se combina, formando um sistema, torna-se ineficaz a pesquisa voltada para a compreensão de apenas um dos componentes de maneira isolada”.

De acordo com Naveh (apud Rocha, Souza e Milano, 1997), a paisagem pode ser entendida como “síntese de fenômenos fisiográficos, biológicos e humanos expressos em uma porção de superfície terrestre”. Rocha, Souza e Milano (1997) complementam: sendo a paisagem produto da ação de diversos fatores inter-relacionados de modo sistemático, sua leitura e compreensão dependerá de uma análise integrada destes fatores. Reforçando a importância da interdisciplinaridade, já destacada acima para as propostas de desenvolvimento, os autores consideram que “a paisagem proporciona um referencial de convergência entre as diversas disciplinas (exatas, naturais ou humanas)”.

O conceito de paisagem engloba diversas perspectivas, mutáveis ao longo do tempo, incluindo os seguintes significados: natureza, *habitat*, artefato, sistema, problema, valor, ideologia, história, lugar e estética (Meing³ e Motloch⁴, apud Rocha, Souza e Milano, 1997).

Os autores Forman e Godron (apud Rocha, Souza e Milano, 1997) apresentam a perspectiva artística da paisagem como a representação de cenários, sugerindo temas relativos aos sentidos emocionais, inspiração, aspectos estéticos e contemplação.

O enfoque geográfico, largamente utilizado a partir do final do século XIX, conforme Rocha, Souza e Milano (1997), refere-se à interação de fatores da natureza (geologia, clima, geomorfologia, água, solos) produzindo características peculiares em um determinado espaço geográfico.

Importantes considerações fazem Bolós e Capdevila⁵ (apud Rocha, Souza e Milano, 1997), justificando em grande medida a necessidade de buscar a compreensão da paisagem através de identificação e delimitação de regiões homogêneas: “Grupos culturais com características intrínsecas se estabelecem em determinadas regiões, formando paisagens típicas que variam através do tempo. Esta relação permite-nos distinguir em uma dada porção do espaço observado uma ‘homogeneidade entre uma heterogeneidade’, de modo que se podem analisar os seus elementos em função de sua forma e magnitude”. Naveh⁶; Bolós e Capdevila; Haber⁷; Forman e Godron (apud Rocha, Souza e Milano, 1997) complementam, afirmando que assim obtém-se um referencial das formas resultantes da associação antrópica com os demais elementos da superfície terrestre, formando a paisagem atual.

² FORMAN, R.T.T.; GODRON, M. *Landscape ecology*. New York: John Wiley & Sons, 1986.

³ Citado por Forman e Godron (1986).

⁴ MOTLOCH, J.L. *Introduction to landscape design*. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

⁵ BOLÓS y CAPDEVILA, M. *Manual de ciencia del paisaje*: teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Masson, 1992.

⁶ NAVEH, Z. *Landscape ecology*: theory ad application. New York: Springer-Verlag, 1994.

⁷ HABER, W. Using landscape ecology in planning and management. In: ZONNEVELD, I. S.; FORMAN, R.T. (eds.). *Changing landscape*: on ecological perspective. New York: Springer-Verlag, 1990. p. 217-232.

A perspectiva ecológica (ecossistêmica), para os mesmos autores, define a paisagem como uma superfície geográfica heterogênea, constituída por um grupo de ecossistemas que se repetem apresentando padrões semelhantes. Por esta perspectiva, a paisagem é fruto da interação dos componentes geológicos, expostos à ação climática, fatores geomorfológicos, bióticos e antrópicos ao longo do tempo, refletindo hoje o registro acumulado da evolução biofísica e da história das culturas precedentes. Para Milano (1989), ao observarmos ecossistemas, naturais ou modificados pela ação do homem, observamos paisagens. Levin (apud Rocha, Souza e Milano, 1997) entende que esta perspectiva de conceituação reflete claramente o somatório de valores culturais, sociais e psicológicos do indivíduo e sua coletividade, relativos à paisagem observada, e fortalecem a noção de “percepção”⁸, pois entendem que cada pessoa possui uma “lente única” com a qual enfoca sua perspectiva sobre a natureza, representada pela paisagem.

Evidencia-se assim o potencial de utilização de metodologias que procurem identificar, interpretar, delinear e definir características de uma dada paisagem, a partir da análise de seus componentes, considerados de modo sistêmico, com a participação das populações locais.

Segundo Garcia Filho (Guia Metodológico FAO/INCRA, 1999)⁹, “São as paisagens agrárias que oferecem as primeiras informações importantes para o diagnóstico. Observando-as pode-se obter, mais do que por meio dos documentos existentes, informações indispensáveis sobre as diversas formas de exploração e de manejo do meio ambiente e sobre as práticas agrícolas e suas condições ecológicas, e também questionar sobre as razões históricas dessas diferenças”.

De acordo com o mesmo autor (1999), durante o percurso de análise de uma paisagem devemos observar os ecossistemas (unidades geomorfológicas, cobertura vegetal); os tipos de agricultura (os tipos de culturas e de criações, a disposição no espaço dessas culturas e dessas criações, a estrutura fundiária, as técnicas utilizadas, o grau de intensificação das culturas, as espécies e o tamanho dos rebanhos, as formas de uso dos diferentes recursos naturais, etc.); as infra-estruturas social e produtiva (tipo, localização, estado de conservação, etc.), e os indicadores de nível e de condições de vida.

3 - A participação no desenvolvimento rural

Algumas das origens dos métodos participativos são: a Pesquisa Ação Participativa, inspirada por Paulo Freire; a Análise de Agroecossistemas, desenvolvida por Gordon Conway e seus colaboradores, devendo-se destacar como maiores contribuições desta abordagem o uso de mapeamentos informais e diagramações, e o uso de rankings para avaliar inovações; a Antropologia Aplicada, mais reconhecida a partir dos anos 80; a Pesquisa em Campo de Farming Systems, devendo-se destacar que as duas correntes desta disciplina revelaram, por um lado, a racionalidade dos agricultores marginalizados, e pelo outro lado, suas atividades enquanto pesquisadores (foco na pesquisa agrícola

⁸ A noção de que atores diferentes têm percepções distintas acerca da realidade e das propostas de desenvolvimento e todas devem ser valorizadas está presente no desenrolar da prática da Leitura da Paisagem em Santa Vitória do Palmar.

⁹ A metodologia preconizada por Garcia Filho, no Guia FAO/INCRA, não tem na participação intensa da população local um de seus pressupostos básicos, mas alguns dos “fins” e “recomendações” da aplicação do instrumento se assemelham ao das propostas mais participativas.

participativa), e por fim o Rapid Rural Appraisal (Pretty, 1995, Scoones e Thompson, 1994, Chambers 1992).

Há uma longa história de participação comunitária no desenvolvimento rural, e uma ampla variedade de agências de desenvolvimento, tanto nacionais como internacionais, que procuram envolver os agricultores em alguns aspectos do planejamento, da implementação e mais recentemente no monitoramento e avaliação.

Duas escolas de pensamento e prática têm sido desenvolvidas:

- Uma vê a participação comunitária como um meio para aumentar a eficiência, sendo sua noção central a de que as pessoas se envolvem, então aceitarão mais facilmente as tecnologias desenvolvidas.
- A outra vê a participação comunitária como parte de seu direito, sendo o objetivo principal iniciar a mobilização de uma ação coletiva, dando poder e construindo instituições locais. (Pretty, 1995; Scoones e Thompson, 1994).

No Rio Grande do Sul, o discurso da participação foi incorporado pela extensão rural nos anos oitenta e faz parte das diretrizes e orientações de planejamento, as quais estimulam a adoção de métodos participativos. Entretanto, é preciso estabelecer claramente que tipo de participação deve ser adotada, na prática dos projetos de desenvolvimento. Existem inúmeros tipos de participação, sendo necessário um aprofundamento sobre o tema, para que possamos construir propostas locais de desenvolvimento rural como um processo coletivo (Caporal, 1999).

Quadro 1 - Uma tipologia da participação. Estilos de participação

Tipos de participação	Características dos diferentes tipos de participação
1 – Participação manipulada	A participação é simplesmente um engano. Dá-se a presença de pseudo-representantes das “pessoas” em um espaço oficial, sem que tenham sido eleitas para representá-las. Assim mesmo, estes “representantes” não têm nenhum poder real.
2 – Participação passiva	As pessoas participam à medida que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já está sendo realizado. Trata-se de um anúncio público unilateral realizado por uma administração ou gerente do projeto para informar aos “participantes”.
3 – Participação por consulta	As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim, a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartida. Além disso, os condutores do processo não têm nenhum compromisso no sentido de ter em conta o ponto de vista das pessoas.
4 – Participação por incentivos materiais	As pessoas participam sendo retribuídas com recursos em troca disso. Por exemplo: trabalho em troca de comida, dinheiro ou outro tipo de incentivo material. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com os campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam na experimentação, nem no processo de aprendizagem.
5 – Participação funcional	É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinado projeto. Usa-se especialmente como um meio para reduzir os custos dos projetos. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto. Tal participação pode ser interativa e levar a decisões compartidas. Não obstante, tende a ter lugar somente depois que as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. No pior dos casos, as pessoas podem ser cooptadas somente para servir ao alcance de metas externas.
6- Participação interativa	As pessoas participam de forma conjunta na análise, no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.
7- Participação mediante acompanhamento	As pessoas atuam de forma conjunta e com o apoio de organizações externas, que, respeitando suas dinâmicas de ação social coletiva, complementam suas carências depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processos de aprendizagem coletivos. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos participantes.
8- Automobilização	As pessoas participam, independentemente de agentes ou instituições externas, adotando iniciativas para mudar o sistema. Elas estabelecem relações com instituições externas para obter os recursos e a assessoria técnica de que necessitam, mas também o controle sobre como os recursos devem ser utilizados. A automobilização pode se ampliar se os governos ou as ONGs oferecerem estruturas de apoio. Esta auto-iniciada mobilização pode estar orientada a desafiar a distribuição de riqueza e poder existentes, ou não participar disso.

Fonte: Adaptado por Caporal (1999) de Pretty (1995) e Gaventa (1998) .

Caporal (1999), analisando os tipos de participação adotados na prática da extensão rural pública do Rio Grande do Sul nos anos 90, considera que os quatro primeiros tipos apresentam como principal problema, além do intercâmbio desigual e desestimulante, a incapacidade de alcançar efeitos posteriores positivos para a vida dos atores sociais envolvidos. Pretty (1995) afirma que estes tipos de participação são muito vulneráveis a todo tipo de manipulação, o que levaria a negá-los como tipos reais de participação propriamente dita.

Segundo Caporal (1999), o quinto tipo tende a manter os agentes externos numa posição dominante, dado que as decisões do grupo de pessoas participantes são, em geral, decisões periféricas, que estão subordinadas a decisões anteriores, de “nível mais elevado”.

Caporal (1999) conclui afirmando que a extensão rural “deveria optar por um dos três últimos tipos de participação (6, 7 e 8), isolados ou conjuntamente. Ou seja, apoiar as iniciativas próprias dos beneficiários e estimular a participação como um direito, inclusive como um direito no que diz respeito ao controle social sobre a própria ação da extensão rural e de seus agentes”.

O mesmo autor salienta a importância do trabalho de grupos e dos facilitadores “treinados e habilitados” para estes tipos de participação. “A experiência prática está ensinando que para desenvolver uma agricultura sustentável os profissionais da extensão devem mudar de papel, de modo que o agente deixe de atuar como um *especialista transferidor de tecnologias* e passe a atuar como um *facilitador* que trabalha com os agricultores (...”).

4 - A Leitura da Paisagem em Santa Vitória do Palmar

A aplicação prática da Leitura da Paisagem pelos Conselhos Municipais e outras lideranças tem sido motivada pelas equipes dos Escritórios da SAA-EMATER-RS. Esse trabalho tem sido priorizado internamente na empresa, de modo que as equipes municipais mobilizem e sensibilizem os Conselhos para a ação.

Existem inúmeras experiências no Estado. Todos os municípios gaúchos onde a extensão rural oficial está presente apresentam trabalhos em andamento de diagnóstico e planejamento participativos, em diferentes níveis de intensidade e estágios do processo. A quase totalidade dos municípios que compreendem as áreas de abrangência dos Escritórios Regionais de Pelotas e de Bagé está com os mapas de sub-regiões homogêneas¹⁰ confeccionados, através da aplicação do instrumento Leitura da Paisagem colocado em prática pelos Conselhos Municipais.

A confecção dos mapas é uma etapa inicial no planejamento que a SAA-EMATER-RS¹¹, Governo do Estado e instituições locais pretendem realizar, visando a concretização de um Plano Municipal de Desenvolvimento, e a seguir, um Plano Microrregional.

¹⁰ Neste trabalho usamos os termos sub-região homogênea ou região homogênea para designar as áreas territoriais com características socioeconômicas e ambientais internas semelhantes, identificadas e delimitadas dentro dos limites de um município como resultado da prática da Leitura da Paisagem. O termo região homogênea microrregional é usado para designar as áreas territoriais com características socioeconômicas e ambientais internas semelhantes, identificadas e delimitadas com abrangência em dois ou mais municípios vizinhos como resultado da aplicação da Leitura da Paisagem.

¹¹ Em especial nas áreas de abrangência dos ESREGs de Pelotas e Bagé. Outros ESREGs da SAA-EMATER-RS estão adotando outras estratégias, como, por exemplo, iniciar o processo de diagnóstico e planejamento participativos a partir das comunidades rurais.

Esses Planos objetivam a configuração de propostas de desenvolvimento sustentável, cujo alicerce principal é a participação dos atores, em especial o produtor e sua família.

A estratégia definida para o seguimento das ações na área de abrangência do Escritório Regional de Pelotas (Zona Sul do Rio Grande do Sul) tem sido a seguinte:

i - De posse do mapa das sub-regiões homogêneas e suas caracterizações correspondentes, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário prioriza qual comunidade rural será trabalhada primeiro através de ferramentas de DRP para diagnóstico e planejamento.

O ideal seria trabalhar todas as comunidades rurais do interior de forma simultânea. Mas, em função de limitados recursos humanos e materiais e excesso de outras demandas, optou-se pela priorização do Conselho e a escolha das comunidades para serem trabalhadas uma de cada vez.

A intenção após um determinado período, o mais curto possível, é a aplicação das ferramentas de DRP para diagnóstico e planejamento participativos em todas as comunidades do interior dos municípios. Com isso, teremos uma rica base de informações para subsidiar a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Municipal realmente consistente e legítimo aos interesses do público que pretendemos atingir.

Cabe destacar que alguns municípios apresentam-se bastante adiantados, com diversas comunidades rurais trabalhadas, com diagnósticos e as matrizes de planejamento elaboradas e em execução e Planos Municipais e Microrregionais consolidados; outros sequer mobilizaram o Conselho para a Leitura da Paisagem.

ii - Os mapas das sub-regiões homogêneas realizados nos diversos municípios de uma zona do Estado permitem visualizar regiões homogêneas microrregionais que não respeitam as divisões administrativas. Isso permite a delimitação e constituição de Microrregiões Homogêneas e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Microrregionais, potencializando todos os aspectos positivos comuns entre esses municípios e aumentando o poder de reivindicação para a solução de problemas também comuns.

Neste item 4 apresentamos¹², de forma sistematizada, as informações obtidas através da aplicação de uma etapa do Diagnóstico Rural Participativo denominada Leitura da Paisagem, no município de Santa Vitória do Palmar.

Esta Leitura foi realizada partindo-se do princípio de que, via de regra, as realidades sociais, econômicas e ambientais numa determinada região não são homogêneas. Por isso, buscou-se analisar a realidade do município definindo suas regiões homogêneas e as diferenças que as caracterizam.

Ampliar o diagnóstico da realidade municipal foi considerado como uma condição básica para a definição de planos municipais que efetivamente sejam propulsores do desenvolvimento sustentável.

¹² Neste item serão apresentados os resultados alcançados através da aplicação da técnica, que estão presentes no documento final elaborado, quais sejam: sistematização de dados secundários, mapa das regiões homogêneas e as caracterizações correspondentes a cada região. Nos itens seguintes, 5, 6 e 7, será apresentada uma análise dessa experiência conforme consta nos objetivos desta monografia. Cabe esclarecer que a prática da Leitura da Paisagem tem seus objetivos, que serão apresentados a seguir e a monografia que se apresenta no momento tem outros diferentes, quais sejam, apresentar a experiência prática de aplicação da Leitura da Paisagem em Santa Vitória do Palmar e analisá-la quanto ao alcance ou não dos objetivos propostos, a participação e a representatividade do grupo envolvido, utilizando como referencial teórico estudos da trajetória dos diagnósticos rurais até os dias de hoje e também a percepção dos atores envolvidos por amostragem dirigida.

Participou da elaboração do trabalho, realizado nos dias 10 e 11/10/2001, um grupo composto de conselheiros e lideranças, no total de 22 pessoas: sete funcionários de diferentes unidades operativas da SAA-EMATER-RS; quatro representantes de departamentos da Prefeitura Municipal; cinco produtores rurais e pescadores artesanais, seis representantes de entidades ligadas ao meio rural: IRGA, BANRISUL, STR, CEASA, Fundação ZERI¹³ e Câmara Municipal de Vereadores.

Os objetivos da Leitura da Paisagem eram:

1. Aprofundar o conhecimento da realidade do município.
2. Observar a heterogeneidade socioeconômica e ambiental, identificando, separando e descrevendo as regiões homogêneas existentes no município.
3. Capacitar os conselheiros municipais do COMAGRO e demais lideranças de modo a possibilitar uma inserção qualificada nas discussões e proposições referentes ao desenvolvimento rural do município.
4. Subsidiar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, servindo como instrumento para análise e formulação de políticas públicas adequadas à realidade do município.

A metodologia aplicada para Leitura da Paisagem envolveu:

- Resgate de dados secundários do município;
- Elaboração de roteiros a serem percorridos pelas equipes, de forma a garantir a visualização total do município. Esses roteiros foram elaborados previamente pela equipe municipal da SAA-EMATER-RS, com o auxílio de produtores “conhecedores” do meio rural e suas estradas e também de fiscais do Departamento de Estradas do município.
- Capacitação e sensibilização para ação, com apresentação detalhada dos passos que compõem a técnica Leitura da Paisagem. Neste momento é dada ênfase especial à noção de percepção, que é única de cada pessoa, e também à necessidade de um ambiente de respeito às opiniões, a fim de se atingir “consenso” em todos os resultados das atividades desenvolvidas.
- Formação de equipes interdisciplinares para conhecimento a campo. No primeiro dia de atividades (10/10/2001) foram formadas as equipes para as saídas a campo no dia seguinte.
- Distribuição de mapa do município, para cada equipe com informações da malha rodoviária e a demarcação do roteiro a percorrer;
- Saída a campo, sendo que cada equipe, além do roteiro pré-estabelecido, deve percorrer a maior parte possível do município;
- Retorno e sistematização das observações, por grupo, para apresentação em plenária;
- Apresentação e análise das observações dos grupos, discussão e síntese da regionalização municipal;
- Localização das sub-regiões homogêneas no mapa do município e sua descrição com as principais características e dinâmicas, ilustradas com fotos representativas;

¹³ Fundação Zeri: Fundação Internacional que assessorava projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em Santa Vitória do Palmar. ZERI (Zero Emissions Research Initiative).

Como parte dos resultados, foram sistematizados os seguintes dados secundários do município:

a) Histórico-Geográficos:

- Início do povoamento: 1855; - Desmembramento em relação ao município do Rio Grande: 1878; - Instalação do município: 1874; - Distante 508km de Porto Alegre – RS; - Distante 360km de Montevidéu – ROU; - Extensão territorial de 544.340ha.

- O município localiza-se onde viviam originalmente os índios Charruas, nos arredores da Lagoa Mirim e do Arroio Chuí. Abrange a região antigaamente denominada Campos Neutrais. Local de inúmeras disputas territoriais entre os reinos da Espanha e de Portugal, foi inicialmente ocupado por portugueses açorianos, sendo declarado campo neutro pelo Tratado de Santo Idelfonso (1777).

b) Étnicos:

- Predominantemente descendentes de índios civilizados, mestiços, portugueses e nos primeiros tempos da colonização, uma dose considerável de sangue espanhol e por fim italianos.

c) Meio Ambiente:

- Precipitação média anual de 1.230mm.
- Clima temperado com estações bem definidas.
- A constituição geológica da região está caracterizada por sedimentos de natureza dominante marinha, transicional, lagunar e eólica.
- Solos com característica genérica de dominância de areias no horizonte A (camada superior) e argilas no horizonte B (camada inferior). A área de solos aptos à produção agropecuária (arroz e pecuária) é de 300.000ha.
- Profundidade média do horizonte A de 31cm, variando de 5 a 70cm. O horizonte B é impermeável.
- A fertilidade natural dos solos é de média a baixa. Drenagem deficiente.
- Recursos hídricos abundantes, com dois mananciais de grandes proporções: Lagoa Mirim, com área de 380.000ha e volume de 17.000.000.000m³ de água doce, e Lagoa Mangueira, com área de 80.000ha e volume de 2.000.000.000m³ de água doce, além de diversos arroios, banhados e estrutura complexa de canais de irrigação.
- Topografia plana, com vegetação rasa e limpa, predominando pastagens, florestamento com eucalipto, capões de mata nativa isolados e esparsas matas ciliares ao longo dos principais cursos d'água e arroios.

e) Educação

Rede municipal

- Número de professores: 368; - Demais funcionários: 160; - Número de alunos no 1º Grau: 3.499 (zona urbana: 2.535; zona rural: 964); - Número de alunos na pré-escola e creches: 1.198; - Número de escolas na zona rural e praias: 16; - Número de creches e pré-escolas rurais: 7.

Rede estadual

- Número de professores: 210; - Número de alunos de 1º grau: 1.627; - Número de alunos de 2º grau: 1.522; - Escolas de 1º grau: 4; - Escolas de 2º grau: 2; -

Número de alunos em supletivo: 290; - Número de alunos em educação infantil: 125; - Número de alunos em educação especial: 16.

Rede privada

- Número de professores: 48; - Demais funcionários: 28; - Número de alunos em educação infantil: 110; - Número de alunos em ensino fundamental: 271; - Número de alunos em ensino médio: 167.

f) Saúde:

- Número de hospitais: 1; - Número de postos de saúde no meio rural e praias: 6; - Número de postos de saúde no meio urbano: 8; - Número de unidades móveis de saúde odontológica: 1.

g) Principais atividades produtivas:

- Orzicultura: safra 2001/2002 – área: 62.000ha
- Pecuária de corte: rebanho aproximado - 190.000 cabeças
- Pecuária de leite: produção diária em 10/10/2001 - 16.500 litros
- Turismo: balneários Hermenegildo e Barra do Chuí
- Indústria e comércio, beneficiamento de arroz, pasteurização de leite em pequena escala, frigoríficos de bovinos, indústria artesanal caseira (doces, artesanato, mel, etc.). Comércio varejista nos centros urbanos.

h) Comercialização da produção primária:

- Remates/feiras; - Venda direta à indústria (leite, arroz, carne); - Venda para intermediários; - Venda direta entre produtores; - Galpão do Produtor e Feiras do Litoral; - Venda direta ao consumidor.

i) População:

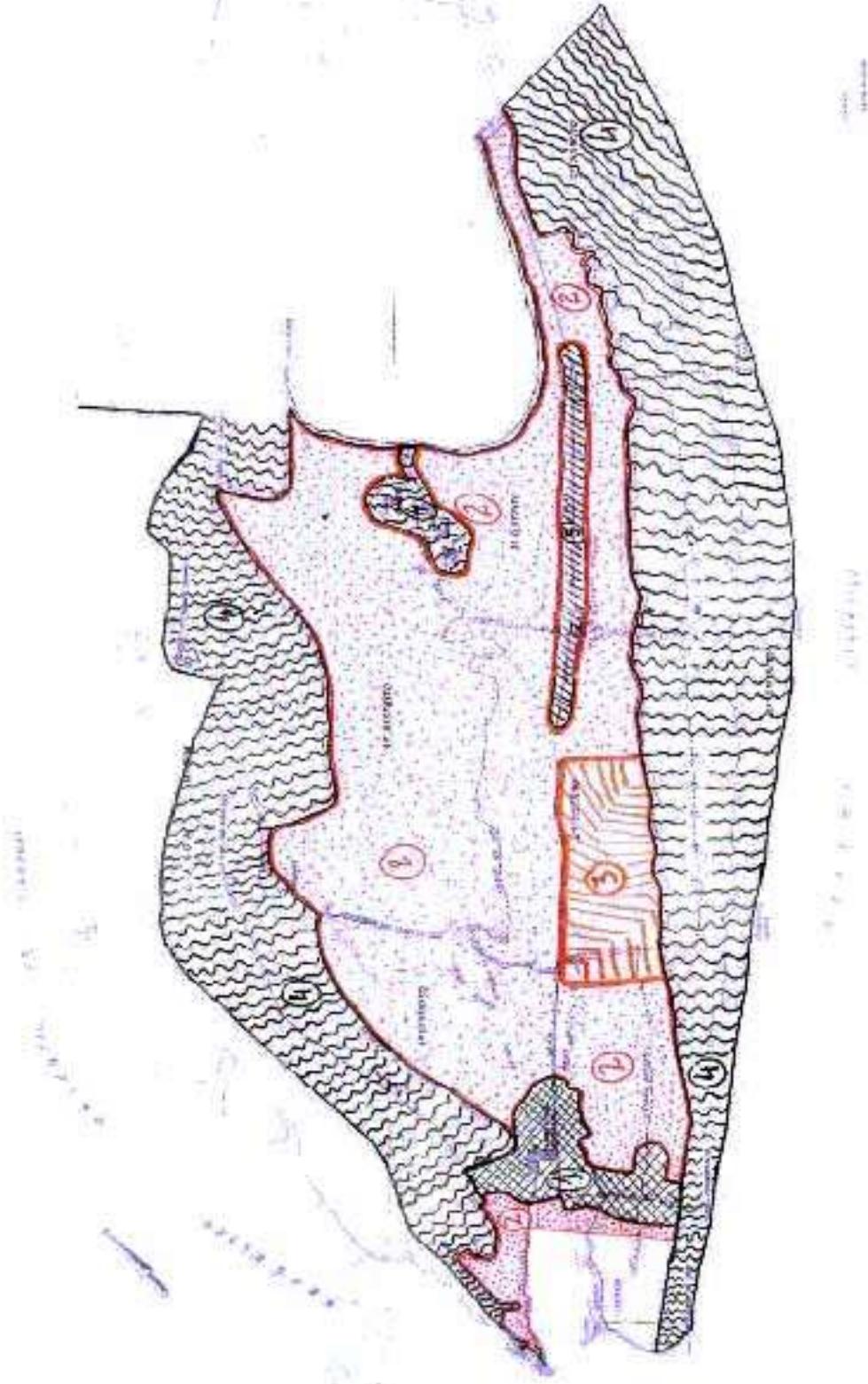
- Ano 2000: 33.296 habitantes; - Total de mulheres: 16.456; - Total de homens: 16.840; - População urbana: 27.949; - População rural: 5.347.

j) Estrutura fundiária:

1 a 10ha	125 propriedades
10 a 100ha	464 propriedades
100 a 200ha	160 propriedades
200 a 500ha	181 propriedades
500 a 1.000ha	103 propriedades
1.000 a 10.000ha	102 propriedades
+ de 10.000ha	5 propriedades

SANTA VITÓRIA DO PALMAR

l) Mapa das Regiões Homogêneas



Resumo da sistematização das informações: O mapa das regiões homogêneas, fruto do trabalho de campo, da apresentação dos grupos e das discussões em plenária, está composto de cinco unidades identificadas, delineadas e diferenciadas em função das características socioeconômicas e ambientais. A região 1 apresenta característica marcante de transição do meio urbano para o rural, com presença de atividades agropecuárias mais intensivas. A região 2 destaca-se como a de maior abrangência territorial e configura as atividades que melhor identificam o município, quais sejam, a pecuária de corte em extensas áreas de campo e as lavouras de arroz. A região 3 marca-se pela predominância de unidades produtivas de pequenos e médios pecuaristas em regime de economia familiar. A região 4 apresenta intensa marca ambiental, compreendendo as áreas de preservação permanente (APPs) nas margens das lagoas, as próprias lagoas Mirim e Mangueira, a costa marítima, a reserva ecológica do Taim e os banhados e arroios mais expressivos (Arroio Del Rey, Lagoa Silveira). Por fim, a região 5 apresenta-se com as características mais marcantes de compreender as vilas rurais com grau relativo de urbanização, a localização ao longo da BR-471 e a pequena expressão territorial.

As informações que caracterizam as regiões homogêneas identificadas no mapa foram sistematizadas da seguinte maneira:

REGIÃO 1

a) Limites:

Norte – Localidades Curral de Arroios, Brejo e Geribatu; Leste – Distrito Atlântico; Sul – Município do Chuí; Oeste – Lagoa Mirim.

b) Aspectos econômicos:

- Frigorífico – Inspeção Estadual
- Usina de asfalto
- Fábrica de plástico
- Fábrica de artefatos de cimento
- Pesca artesanal
- Unidade industrial de resfriamento (desativada)
- Atividade agropecuária intensa e diversificada:
 - Olerícolas; fruticultura; suínos; gado de leite; orizicultura; gado de corte.
 - Canais de irrigação
 - Microusina de beneficiamento de leite

c) Aspectos sociais:

- Transição da área urbana para rural
- Alta densidade demográfica – população concentrada
- Pequenas e médias propriedades
- Boa infra-estrutura de estradas
- Eletrificação, telefone e escolas.
- Acesso a assistência e saúde
- Transporte público e escolar
- Segurança pública

d) Aspectos ambientais:

- Bosques de vegetação nativa
 - Topografia plana
 - Cobertura vegetal de campos
 - Presença de palmeiras
 - Aterro sanitário (lixão municipal)
- e) Aspectos relevantes:
- Sede do município
 - Comunidade de pescadores (Porto Pindorama) na Lagoa Mirim

REGIÃO 2

- a) Limites:
Norte – Lagoa Mirim e Rio Grande; Leste – Lagoa Mangueira; Sul – município do Chuí e Uruguai; Oeste – Lagoa Mirim.

Obs.: A Região 2 é dividida pela Região 1 ao Sul.

- b) Aspectos econômicos:
- Predominância de granjas de arroz
 - Intensa mecanização agrícola associada à produção de arroz
 - Silos, unidades de secagem e beneficiamento de grãos.
 - Predominância de pecuária de corte e leite
 - Ovinocultura e criação eqüina
 - Produção de mel
 - Pistas de aviação agrícola
 - Pistas de remate
 - Eletrificação rural
 - Extensas áreas de pastagem
 - Canais de irrigação
- c) Aspectos sociais:
- Abastecimento por poços artesianos
 - Médias e grandes propriedades
 - Poucas moradias (algumas de alvenaria)
 - Estâncias e fazendas com reduzido número de funcionários
 - Baixíssima densidade demográfica
 - Transporte coletivo deficiente na área rural
 - Transporte público e escolar deficiente
 - “Taperas” e agrovilas abandonadas
 - Ausência de escolas no interior
 - Estradas de terreno arenoso com trechos de difícil acesso
 - Ausência de jovens na zona rural
- d) Aspectos ambientais:
- Presença constante de bosques nativos
 - Plantações de eucaliptos
 - Topografia plana

- Matas ciliares esparsas nas margens do arroio marmeiro e lagoa mirim
- Figueiras, tunas, cactos e gravatás
- Áreas alagadiças e banhados
- Animais silvestres (emas, maçarico, garças, lagartos)
- Áreas de campos degradados (presença de margaridas, carquejas, tacurus [cupim], capim anoni).

e) Aspectos relevantes:

- Campos virgens
- Arroio Del Rey
- Posto de abastecimento na BR-471
- Subestação da CEEE
- Telefonia celular
- Turismo rural
- Pontos históricos – Estância Provedores, Estância Curral de Arroios.
- Casas protegidas por matos de eucaliptos
- A região é cortada pela BR-471 em toda a sua extensão
- Erosão eólica por ocasião do preparo do solo
- Presença de cerritos – sambaquis (resquícios de índios primitivos)

REGIÃO 3

a) Limites:

Norte – localidade do Pastoreio; Leste – Lagoa Mangueira; Sul – Estrada dos Canabarros; Oeste – BR-471.

b) Aspectos econômicos:

- Criação de gado de corte, ovinos e eqüinos.
- Lavouras de arroz, milho e batata doce.
- Pastagens cultivadas
- Áreas em pousio
- Reflorestamento de eucaliptos
- Canais de irrigação, drenagens e bueiros
- Baixa lotação de gado nos campos

c) Aspectos sociais:

- Predominância de pequenas e médias propriedades
- Pecuária em regime familiar
- Moradias sem energia elétrica, apesar da presença de rede tronco.
- Abastecimento de água por poços rasos (cacimbas).
- Duas escolas (uma abandonada e outra com quatro alunos)
- Transporte público duas vezes por semana
- Estrada de chão natural
- Acampamento de pescadores artesanais à margem da Lagoa Mangueira
- Moradias abandonadas
- Baixa densidade demográfica
- Estruturas de granja orizícola abandonadas (silos, galpões, etc.)

d) Aspectos ambientais:

- Topografia plana
- Solo arenoso
- Abundância de água
- Presença de voçorocas na margem da Lagoa Mangueira
- Banhados naturais com juncos e campos alagadiços com santa-fé
- Capões isolados de mata nativa
- Bambuzais
- Presença de aves silvestres
- Margem do Arroio Chuí sem mata ciliar

e) Aspectos relevantes:

- Grande potencial turístico em torno da Lagoa Mangueira
- Potencial para exploração turística englobando a história, práticas de manejo da pecuária tradicional e a pesca artesanal de forma coletiva pelos produtores locais.
- Freqüentes roubos de gado.

f) Observações:

- Produtores da pecuária de corte familiar completam a renda com o arrendamento de áreas para o cultivo do arroz.
- Dificuldades do escoamento da produção e de acesso à propriedade
- Canais de irrigação possibilitam outros cultivos além do arroz.

REGIÃO 4

a) Limites:

Norte – Lagoa Mirim e município do Rio Grande; Leste – Oceano Atlântico;

Sul – município do Chuí, Uruguai, localidade Pindorama; Oeste – Lagoa Mirim.

Obs.: a região 4 contorna o município, abrangendo áreas de preservação permanente, reservas da biosfera, estação ecológica, costa marítima e outras áreas de relevância ambiental.

b) Aspectos econômicos:

b.1. Arroio Chuí, costa do mar e Lagoa Mangueira

- Pesca profissional artesanal
- Pecuária familiar
- Exploração turística
- Cultivos de pinus e eucalipto para exploração da madeira
- Criação extensiva de bovinos

b.2. Lagoa Mirim, banhado do Arroio Del Rey, Pontal dos Afogados, Curral de Arroios, Palmares

- Extensas áreas de pastagens cultivada e lavouras de arroz
- Criação de gado
- Apicultura
- Pesca profissional artesanal

- Grandes fazendas de pecuária
- c) Aspectos sociais:
 - c.1. Arroio Chuí, costa do mar e Lagoa Mangueira
 - Densidade demográfica flutuante, com aumento no período de verão.
 - Terreno arenoso
 - Pouca infra-estrutura e difícil acesso, com exceção dos balneários.
- c.2. Lagoa Mirim, banhado do Arroio Del Rey, pontal dos Afogados, Curral de Arroios, Palmares
 - Acampamento de pescadores
 - Agrovilas
 - Fazendas
 - Estâncias antigas em atividade e muito bem conservadas, na costa da Lagoa Mirim.
 - Estradas de terra – difícil acesso.
- d) Aspectos ambientais:
 - d.1. Arroio Chuí, costa do mar e Lagoa Mangueira
 - Presença de mata ciliar na margem do arroio Chuí
 - Sinais de erosão e assoreamento do arroio
 - Retiradas de areia para construção civil
 - Cordão de dunas em toda a extensão da costa do mar
 - Presença de aves e animais marinhos e silvestres
 - Presença de lixo (madeiras, plásticos, etc.)
 - Barcos encalhados
 - Concheiros
 - Vegetação típica (junco, palha, aguapé e gramíneas)
 - Abundância de água doce (Lagoa Mangueira)
 - Presença de voçorocas na margem noroeste da Lagoa Mangueira
 - Presença de lixo agrícola e doméstico
- Balneários: Barra do Chuí e Hermenegildo
 - Remoção de dunas para construção civil
 - Casas de veraneio à margem da costa do mar
 - Exposição de turfa próximo ao balneário Maravilhas
 - Presença de riachos erodidos
- d.2. Lagoa Mirim, banhado do Arroio Del Rey, pontal dos Afogados, Curral de Arroios, Palmares
 - Cordão de dunas lacustres
 - Vegetação nativa remanescente
 - Capões de mata nativa
 - Sedimentação da Lagoa Mirim
 - Lixo agrícola e doméstico
 - Drenagem de arroios e banhados
 - Captação de água para agricultura (irrigação do arroz)
 - Palmares degradados com ausência de plantas jovens

- Abundância de água doce (Lagoa Mirim).

d.3. Taim

- Extenso banhado
- Lagoas
- Vegetação típica
- Rica fauna silvestre

e) Aspectos relevantes:

e.1. Arroio Chuí, costa do mar e Lagoa Mangueira

- Faróis: Barra do Chuí, Albardão, Verga e Sarita
- Projeto Zeri – produção de espirulina
- Balneários Barra do Chuí e Hermenegildo, com infra-estrutura básica.
- Museu do artista plástico Hamilton Coelho
- Pesca industrial predatória com sinais de degradação na costa
- Foz do Arroio Chuí – ponte internacional – limite meridional sul do Brasil

e.2. Lagoa Mirim, banhado do Arroio Del Rey, pontal dos Afogados, Curral de Arroios, Palmares

- Jazidas de conchas (calcário)
- Estância dos Provedores – início do povoamento e ponto histórico-turístico
- Curral de palmas (gerivá-açu) – planta que deu nome ao município.

e.3. Taim

- Estação ecológica do Taim

f) Observações:

- Região própria para o desenvolvimento turístico – ecoturismo e turismo rural
- Necessidade de melhorias na infra-estrutura – construção de hotéis, restaurantes, camping, etc.
- Potencial para exploração da jazida de calcário (fabricação de medicamentos, suplemento alimentar, corretivo do solo, etc.).
- Potencial para o desenvolvimento do turismo aquático
- Repovoamento dos palmares

REGIÃO 5

a) Limites:

Norte – distrito Taim; Leste – localidade do Pastoreio, José da Costa Luiz, Lagoa da Palha e Arroio das Pedras; Sul – localidade da Índia Morta; Oeste – localidades de Aguadas, Espinilho, Curral Alto.

b) Aspectos econômicos:

- Trabalhadores nas granjas e fazendas (predominam na vila Espinilho)
- Pescadores artesanais (predominam na vila Anselmi)
- Comércio: lojas, oficinas, casas comerciais, borracharias, restaurantes e postos de gasolina.
- Atividades agropecuárias em pequenas áreas: apicultura, gado de leite, pecuária de corte, pequenas criações.

- Posto de recebimento de leite
 - Abatedouro de bovinos e filetagem do pescado com inspeção municipal
 - Sedes de granjas orizícolas e algumas lavouras de arroz
 - Bosques de eucaliptos
 - Empresas de aviação agrícola
- c) Aspectos sociais:
- Escolas municipais de 1º grau completo
 - Igrejas
 - Cemitério
 - Grande densidade populacional
 - Eletrificação
 - Água tratada com rede de distribuição
 - Centro de treinamento de produtores na localidade do Espinilho
 - Posto de saúde municipal
 - Posto telefônico e telefones públicos
 - Na vila Anselmi predominam casas de madeira
 - Na vila Alvorada predominam casas de alvenaria
 - Transporte coletivo público e privado
- d) Aspectos ambientais:
- Vilas situam-se ao longo da BR-471
 - Áreas planas
 - Figueiras nativas e palmeiras
- e) Aspectos relevantes:
- Região formada por vilas rurais: Azul, Machado, Alvorada, Ipiranga, Teixeira, Anselmi, Manoel, Kariri e Clementino.

5 - As possibilidades para formulação de políticas públicas locais

Os objetivos da aplicação do instrumento Leitura da Paisagem têm estreita relação com a formulação e análise de políticas públicas locais. O conhecimento da realidade, a observação da heterogeneidade em regiões do município, a capacitação de conselheiros, demais lideranças e o subsídio ao COMAGRO como documento de consulta permite a formulação de políticas locais¹⁴ sintonizadas com a realidade rural e a distribuição de recursos¹⁵ de programas “externos” de acordo com as carências do público (localidades).

A amostra constituinte da metodologia utilizada para análise da Leitura da Paisagem foi dirigida, procurando representar diferentes segmentos de atores que participaram da prática, priorizando captar a percepção dos produtores¹⁶ a respeito da experiência. Foram utilizados questionários com perguntas abertas, aplicados para quatro dos 22 participantes

¹⁴ As leis de criação dos Conselhos Municipais os definem como fóruns consultivos e deliberativos de todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento da agropecuária.

¹⁵ Tem se constituído uma prática cada vez mais corrente a definição das prioridades dos diversos programas dirigidos ao meio rural nos municípios através dos CMDRs (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), como por exemplo: itens financiados, tetos municipais de recursos por beneficiário e as comunidades a serem beneficiadas. Assim aconteceu recentemente com o Programa RS Rural.

(18%). A amostra foi composta por: Assistente Social da Prefeitura Municipal, Secretário do STR/Agricultor Familiar, Presidente da Associação de Pescadores, e Pecuarista Familiar.

Os atores participantes da Leitura da Paisagem foram: grupo composto de conselheiros e lideranças, no total de 22 pessoas: sete funcionários de diferentes unidades operativas da SAA-EMATER-RS, quatro representantes de departamentos da Prefeitura Municipal, cinco produtores rurais e pescadores artesanais e seis representantes de diversas entidades ligadas ao meio rural – IRGA, BANRISUL, STR, CEASA, Fundação ZERI e Câmara Municipal de Vereadores.

Os questionários aplicados a uma amostra de 18% dos participantes confirmam esta possibilidade da Leitura da Paisagem para formulação de políticas públicas.

Nas respostas dos participantes sobre os objetivos do trabalho Leitura da Paisagem, as palavras que aparecem com maior freqüência foram “conhecer” e “conhecimento”:

“Se havia mudanças no município. Conhecer melhor as estradas, o gado, a vegetação”.

“Mapear o município para fins de obter uma melhor percepção das potencialidades locais, facilitando assim um melhor aproveitamento e aplicação de projetos futuros”.

“Para saber aptidão agropecuária das regiões do município. Maior conhecimento do município”.

“Conhecer o município, sua realidade”.

Quando se perguntou se o conteúdo do documento final identifica os problemas enfrentados pela população rural e as ações prioritárias para cada uma das regiões delimitadas, houve unanimidade nas respostas: todos disseram que sim. Entre os exemplos citados, que justificam as respostas, salientamos:

“...o documento identifica problemas com estradas”;

“...identifica ações de acordo com o público e a região (ex. turismo rural)”;

“...identifica pontos fracos, como trechos de estradas mal-conservados”;

“...ele serve como guia, identifica campos que precisam de melhorias; identifica as características de cada área”.

Outras duas perguntas da entrevista relacionam-se com a percepção dos atores sobre as possibilidades do instrumento para formulação de políticas públicas. Quando se perguntou se a participação no trabalho lhe trará benefícios e qual será a utilidade do documento final elaborado, foram unânimes em afirmar que o documento trará benefícios para atuação no Conselho Municipal ou em reuniões relacionadas com o setor agropecuário, e que o documento final terá utilidade. Ao justificar a resposta sobre os benefícios da participação no trabalho, disseram o que segue:

“Sobre as terras boas para plantar”.

“Tenho mais subsídios para conhecimento das regiões do interior”.

“Visão de que o município não está bem”.

“Maior visão sobre os problemas”.

Ao justificar a resposta sobre a utilidade do documento final elaborado, disseram o que segue:

¹⁶ Dos atores participantes da prática, 68% podem ser enquadrados na categoria “técnicos”. A amostra dirigida priorizou a percepção dos “produtores” (minoria) sobre a experiência, que correspondem a 27% do total.

“Para fins de melhor aplicação de projetos e aproveitamento de recursos”.

“Para saber sobre as terras boas para arroz, para saber das estradas ruins, para saber sobre açudes para criação de peixes”.

“Serve de base para conhecer a realidade do município. Para direcionar os financiamentos para regiões e segmentos mais necessitados”.

6 - Limites e potencialidades do instrumento

O processo de diagnóstico se inicia com a aplicação do instrumento, com todas as suas etapas, sendo característica desta prática a obtenção de resultados sobre o município como um todo de forma rápida, abrangente e superficial. O seguimento do processo de diagnóstico aprofundará e se especializará de acordo com a prática e com o local, através da aplicação de outros instrumentos de diagnóstico¹⁷ que se proponham retratar de forma mais aprofundada realidades específicas, como, por exemplo, uma comunidade rural. Portanto, buscaremos identificar os limites e as potencialidades da etapa da Leitura da Paisagem levando em conta as suas características e o propósito para que foi utilizada.

Potencialidades:

A prática do instrumento Leitura da Paisagem mostrou ser capaz de proporcionar, de forma rápida e econômica, o conhecimento da realidade rural do município de Santa Vitória do Palmar.

O instrumento superou o “viés” espacial, em que são visitadas somente as “melhores” comunidades, as que se localizam perto de estradas e serviços (Pretty, 1995; Scoones e Thompson, 1994; Chambers, apud Almeida 1992).

Quando se perguntou se os roteiros de saídas a campo proporcionaram o contato com todas as regiões representativas da realidade rural, os entrevistados foram unâimes em afirmar que sim, ressaltando que as equipes eram numerosas e se deslocaram por caminhos diversos, abrangendo, desta forma, a quase totalidade da superfície do município.

O “viés” temporal, no qual as visitas se fazem nos períodos em que as estradas estão boas, e quando o tempo é mais favorável, apesar de teoricamente estar presente no trabalho, pois foi realizado num mês de primavera, não foi percebido pelos atores participantes como uma limitação, apesar de identificarmos contradições nas respostas. Ao perguntarmos se o trabalho realizado no mês de outubro prejudica o conhecimento da realidade rural de forma completa, foram unâimes em afirmar que não. Os entrevistados nº3 e 4 justificaram de forma contraditória, pois reconhecem que a realidade rural muda no inverno:

“...os campos secos do verão, ficam alagados no inverno, viram praias da lagoa, que subiu quatro metros este inverno”;

“Mas no inverno a realidade muda bastante. Situação das estradas”.

¹⁷ Outros instrumentos de diagnóstico: Mapa da Comunidade, Itinerário de Desenvolvimento, Árvore de Anseios, Entrevistas Semi-Estruturadas, Fluxograma de Sistema, Diagrama de Venn, etc. (Petersen e Romano, 1999).

O nível de ocupação de mão-de-obra também está intimamente relacionado com a época do ano (Chambers, apud Almeida 1992). No município trabalhado, nos meses que coincidem com a safra da cultura de arroz irrigado, em especial com as atividades de preparo/nivelamento de solo e plantio/tratos culturais/irrigação (julho-setembro e outubro-março), ocorre aumento de vagas de trabalho no meio rural, inclusive, com bastante freqüência, pequenos proprietários complementando renda familiar. Da mesma forma que a anterior, essa questão não foi identificada como limitação (“viés” temporal) pelos respondentes, apesar de estar presente no trabalho.

O “viés” pessoal, pelo qual só se fala com líderes e as pessoas mais articuladas, nos parece que foi amenizado em grande parte. Nas saídas a campo as pessoas contatadas para coleta de informações acerca da realidade rural são na maioria desempregados, aposentados, trabalhadores rurais ou pescadores artesanais. Das 39 pessoas contatadas pelas equipes dos entrevistados, 30 pertenciam a estes segmentos.

O grupo de trabalho, apesar de apresentar maioria de lideranças e técnicos, tinha, entre seus componentes, produtores rurais e pescadores artesanais. Cabe ressaltar, novamente, que a proposta do instrumento, neste início de diagnóstico e planejamento, era construir coletivamente com membros do conselho e lideranças¹⁸ um diagnóstico amplo, rápido e superficial da realidade rural.

As recomendações atuais para que os diagnósticos rurais sejam participativos, interdisciplinares e capazes de expressar a heterogeneidade foram alcançadas de forma satisfatória pela prática da Leitura da Paisagem. Todas as equipes de campo foram formadas com no mínimo quatro integrantes, tendo-se o cuidado de contemplar a maior diversidade possível, juntando pessoas com formações/atividades/percepções distintas. Por exemplo, uma das equipes de campo era formada por: engenheiro agrônomo, gerente de banco, pescador/agricultor e pecuarista familiar; uma outra equipe era formada por: representante do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal, pequeno produtor de arroz, engenheiro agrônomo e técnico em piscicultura.

O fato de profissionais agrícolas especialistas verem só uma parte do mundo, e o problema maior, acreditarem que esta parte do quadro é o quadro todo, foi satisfatoriamente superado pelo instrumento.

As equipes “mais interdisciplinares possíveis, dentro do grupo de atores” e a forma de condução dos trabalhos – a sensibilização, a apresentação, a discussão e a construção do mapa das regiões homogêneas – permitem avaliar que a prática proporcionou um produto final fruto do consenso, captando a heterogeneidade da realidade rural do município de Santa Vitória do Palmar, a partir das diferentes percepções dos atores envolvidos. Uma construção compartilhada, cuja participação pode ser classificada como do tipo interativa (Pretty e Gaventa apud Caporal 1999).

Conforme Guivant (1997), analisando as transformações do conhecimento nas situações de interface, “o conhecimento é construído socialmente num encontro de

¹⁸ Essa etapa inicial do diagnóstico (Leitura da Paisagem) que é parte do processo de planejamento e construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável tem sido desenvolvida nos municípios do Rio Grande do Sul pelos Conselhos Municipais, portanto é uma prática cuja execução fica predominantemente a cargo de lideranças. Em Santa Vitória do Palmar foram realizadas duas reuniões de sensibilização, em que as equipes regional e municipal da SAA-EMATER-RS apresentaram a proposta de trabalho para os membros do Conselho Municipal de Agropecuária na primeira reunião. A segunda reunião foi mais ampla, contando, além dos membros do Conselho, com outros representantes de instituições ligadas ao meio rural, instituições financeiras, líderes de grupos de produtores rurais, técnicos e produtores, perfazendo aproximadamente 50 pessoas presentes.

horizontes entre diferentes atores específicos. Diversos elementos se conectam neste processo através do qual os atores absorvem novas informações a partir de seus repertórios cognitivos". A prática Leitura da Paisagem caracteriza-se como uma situação de interface proporcionando a construção social do conhecimento entre diferentes atores.

Da mesma forma, alguns critérios considerados importantes para as metodologias participativas, como por exemplo a melhoria da percepção das pessoas envolvidas a respeito de suas realidades construídas socialmente e o aumento da consciência e apreciação das construções realizadas por "outros", foram também satisfatoriamente atingidos. A noção de alguns dos atores entrevistados de que não imaginavam que a situação de abandono e pobreza fosse tão intensa no interior do município e a percepção de uma pescadora a respeito da importância da Leitura da Paisagem, destacando a possibilidade de "ver" os rebanhos, as lavouras, os locais bons para plantar e os açudes para criar peixes evidenciam esta afirmação. Esse ator, normalmente restrito ao espaço de sua colônia de pescadores e às práticas e procedimentos inerentes a sua atividade, "capacita-se" e "percebe" uma realidade diferente, através de sua observação direta e pela interação com os outros atores envolvidos.

Ao perguntarmos como avaliaram a mediação dos trabalhos pelo técnico encarregado, foram unânimes em aprová-lo:

*"Nota 10";
"Muito Bom";
"Ótimo".*

A justificativa da aprovação:

*"Conhecedor da condução dos trabalhos";
"Teve jeito para fazer a reunião";
"Porque ele conseguiu preparar e capacitar a todos em apenas dois dias";
"Tinha muita competência".*

Quando perguntamos se se sentiram estimulados a participar, foram unânimes em afirmar que sim. Nenhum dos entrevistados identificou alguma situação ou fato que restringiu a expressão das suas opiniões.

Quando perguntamos em que assuntos apareceram as maiores diferenças de ponto de vista, apenas um entrevistado identificou o momento da divisão e delimitação das regiões homogêneas. Os outros consideraram que não houve grandes diferenças. No mesmo item perguntamos se as discussões fizeram as pessoas "mudar de idéia", e assim responderam:

*"As discussões fizeram as pessoas mudar de idéia. Chegou-se ao consenso";
"Sempre se chegou ao acordo".*

A questão a seguir buscou investigar a percepção dos atores entrevistados a respeito da participação e da construção coletiva preconizada pelo instrumento. Perguntamos se achavam que o documento final, com o mapa e a caracterização das regiões, foi um produto coletivo da participação de todos os presentes ou retrata somente a visão dos técnicos, e assim responderam:

"De todos. Porque todos ajudaram um pouco".

“Retrato coletivo, porque houve participação efetiva de todos os participantes”.

“O produto chegou a um ponto de compreensão e de visão de todos”.

“De todos, pois todos falaram e expressaram seu ponto de vista”.

Quando perguntamos se achavam que o documento final traduzia bem as discussões dos grupos, também observamos unanimidade positiva. Ao justificar as respostas, expressaram as seguintes opiniões:

“Tudo o que foi conversado nos dois dias está no documento”;

“Porque foram acatadas todas as opiniões e reflexões, chegando sempre ao consenso”;

“Esta claro e ilustrado com fotografias”;

“As equipes saíram para várias regiões e trouxeram suas opiniões”.

Limites:

Vitullo (2000) identifica os limites impostos à implementação da democracia deliberativa, que se situa no centro dos processos participativos de desenvolvimento, citando inúmeros autores consagrados no assunto. Citando Dahl, em *La democracia y sus críticos*, afirma:

“Haveria de se encontrar mecanismos para reduzir a desigualdade de capacidades e possibilidades para participar da vida política causadas pela injusta distribuição de posições, recursos e oportunidades econômicas e pela desigual distribuição do conhecimento, da informação e da capacidade cognitiva. Haveria de se conseguir que os interesses, preferências, opiniões, perspectivas e posições fossem sopesadas de forma mais parelha ou eqüitativa”.

Fica evidente, na prática do instrumento Leitura da Paisagem em Santa Vitória do Palmar, que as desigualdades de capacidades e a distribuição desigual do conhecimento, da informação e da capacidade cognitiva foram limitantes para que o processo de apreensão se verificasse de forma igualitária entre todos os participantes. As respostas dos entrevistados nos mostram que alguns objetivos do instrumento foram apreendidos muito aquém de suas reais possibilidades.

É pressuposto das abordagens participativas adaptar sua “velocidade” ao ritmo cognitivo dos participantes, e concordamos com isso. Entretanto, queremos concluir que estas desigualdades influenciam na capacidade de contribuição dos atores nas discussões e, consequentemente, no produto final.

Quando perguntamos se achavam que os objetivos do trabalho foram alcançados, em entrevista realizada oito meses após o seu término, todos afirmaram que sim, e o entrevistado n.º 1, entre outras coisas, respondeu: *“Influenciou na abertura de estradas, plantio de arroz e construção de estufas”*. Esses fatos poderiam ter relação com o diagnóstico da realidade do município, mas na realidade aconteceram por outras condicionantes que não o trabalho em análise, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2001.

Guijt e Gaventa (1997), referindo-se a processos de monitoramento e avaliação participativos, identificam um problema entre tantos outros, que se apresenta relacionado com a prática de diagnóstico em análise. Esses autores consideram um dos erros mais freqüentes, para a manutenção de processos participativos, o fato de se supor que todos os

envolvidos estão dispostos a participar. Bebbington¹⁹ e Pretty (apud Guivant, 1997), avaliando os obstáculos presentes entre atores sociais e dentro das instituições para implementação de um método participativo, citam o exemplo de agricultores serem chamados a participar de projetos que não são de seu interesse. No caso em estudo, apesar de duas reuniões de sensibilização realizadas, uma com os conselheiros do COMAGRO (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) e outra mais ampla, envolvendo, além do COMAGRO, diversos segmentos representativos do meio rural de Santa Vitória, nos dias de realização dos trabalhos de campo (10 e 11/10/2001) compareceram apenas três membros titulares e dois suplentes do COMAGRO, correspondendo a 22,7% do total de seus membros. Não podemos afirmar com certeza o motivo da ausência dos conselheiros. Seria uma investigação oportuna.

A representatividade do grupo de atores constitui um limite importante na prática da Leitura da Paisagem em análise. Do total de 22 participantes, cinco são funcionários do Escritório Regional da SAA-EMATER-RS; dois são funcionários do Escritório Municipal da SAA-EMATER-RS; quatro são funcionários da Prefeitura Municipal, em diferentes departamentos (um da assistência social, um do meio ambiente, um da fiscalização de estradas e um da pesca); dois agricultores familiares ligados à direção do STR; um agricultor familiar com funções burocráticas como secretário do STR; um agricultor familiar/pescador artesanal; um agricultor familiar sem vinculação representativa com a entidade ligada ao meio rural; um representante da Fundação ZERI Santa Vitória; um representante do Escritório Municipal do IRGA/vereador/produtor rural; um representante da Associação Municipal de Pescadores/Delegada do Orçamento Participativo, um gerente de agência bancária; um representante da SAA-CEASA-RS e um vereador municipal/trabalhador autônomo.

São sete (32%) funcionários da SAA-EMATER-RS, quatro (18%) funcionários da Prefeitura Municipal, seis (27%) representando agricultores familiares, pescadores artesanais e suas organizações, cinco (23%) representando “outros” segmentos relacionados com o meio rural, como por exemplo, a Fundação ZERI, o BANRISUL, o IRGA, a CEASA-SAA e vereadores. Seis atores (27%) são “de fora”, participando apenas nos dois dias de trabalho de campo e eventualmente visitando o município, onde desenvolvem atividades relacionadas com seus cargos (assessoria e supervisão).

O fato de 15 participantes (68%) serem enquadrados como “técnicos” (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, assistentes sociais, fiscais da prefeitura, gerente de banco, etc.) configura-se como outro dado que expressa a limitação relacionada com a representatividade desigual do grupo de trabalho.

Cabe aqui ressaltar que nos Conselhos Municipais em geral, e no COMAGRO em particular, a representatividade dos segmentos sociais nestes fóruns também constitui um limite à sua plena legitimidade. A limitação de representatividade identificada na prática se apresenta relacionada como um reflexo da composição representativa desigual no município, mesmo que, a nosso ver, com menor intensidade.

A utilização prática do documento final como subsídio ao COMAGRO e demais entidades, para análise e formulação de políticas públicas, até o momento constitui um limite ao instrumento, pois, apesar de constar como um de seus objetivos, não vem acontecendo. Apenas um dos entrevistados afirmou ter conhecimento de que o documento final está sendo utilizado por alguém ou alguma instituição em benefício da população

¹⁹ BEBBINGTON, A. Theory and relevance in indigenous agriculture: knowledge, agency and organization. In: BOOTH, D. (ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. London, 1994.

rural, citando o Escritório Municipal da EMATER, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Prefeitura Municipal. A pouca utilização do documento pode ser justificada em parte pelo fato de que, nos dias 23 e 24 de julho de 2002, quando realizamos as entrevistas, das 17 entidades/departamentos/representações participantes da Leitura da Paisagem, apenas sete haviam recebido o documento final. Parece-nos claro que este documento deve circular por outras entidades/instituições além das participantes do trabalho de campo da Leitura da Paisagem, para que esse objetivo proposto se concretize.

7 - Considerações finais

A aplicação da ferramenta Leitura da Paisagem possibilitou de forma rápida e eficiente a obtenção de uma visão global da realidade social, econômica e ambiental do município. Isso demonstra a utilidade da técnica como passo inicial dentro de um processo de planejamento visando o desenvolvimento rural sustentável.

O caráter participativo desta técnica, a qual permite a integração entre extensionistas, membros da comunidade, conselheiros, produtores, pescadores, funcionários municipais e assistentes sociais em condições de igualdade, apesar das limitações de representatividade do grupo, aprofundou o conhecimento da realidade e proporcionou capacitação dos envolvidos em níveis diferentes de intensidade, de acordo com as capacidades de apreensão de cada um.

O produto final elaborado é fruto de uma construção compartilhada, tendo um pouco da percepção individual de cada um acerca da realidade observada. A condução dos trabalhos e o ambiente criado foram propícios ao diálogo e respeito das opiniões, o que favoreceu a sistematização de sub-regiões homogêneas, que não teriam sido atingidos individualmente por um dos atores ou instituição isoladamente. Essa construção coletiva do mapa do município em sub-regiões homogêneas e as caracterizações correspondentes tornaram visíveis conformações territoriais que, apesar de já existirem, não eram percebidas como tal.

O resultado da aplicação da ferramenta Leitura da Paisagem constitui-se como instrumento capaz de subsidiar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e demais entidades para análise/formulação de políticas públicas adequadas à realidade do município, sendo necessário, para que isso venha a acontecer, divulgar melhor o documento, tanto para as entidades participantes como para outras também relacionadas com o setor rural.

O trabalho de sistematização de sub-regiões homogêneas nos diversos municípios da zona sul proporcionará a visualização de microrregiões homogêneas regionais, cujos limites não se restringem às divisões administrativas.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. A. A técnica da Avaliação Rural Rápida (ARR) para projetos de Desenvolvimento Rural. *Ciência Rural*, Santa Maria, v. 22, n. 3, p. 353-357, 1992.
- BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (orgs.). *Determinantes e desafios contemporâneos - desenvolvimento local-regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 228 p.

- BRACAGIOLI NETO, A. (org.). *Sustentabilidade e cidadania*: o papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.
- CAPORAL, F.R. Em direção a extensão rural do futuro.In: BRACAGIOLI NETO, A. (org.). *Sustentabilidade e cidadania*: o papel da extensão rural. Págs. 121-175. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999.
- CHAMBERS, Robert. Forests, trees and people newsletter. *Participatory rural appraisals*: past, present and future. Tradução: John Cunha Comerford. Roma: FAO, n. 15-16, p. 4-9, fev. 1992.
- _____. *Desenvolvimento rural*: fazer dos últimos os primeiros. Tradução Ruth Lara. Luanda (Angola): ASDI – Associação Sueca para o Desenvolvimento Internacional, 1995.
- GARCIA FILHO, D. P. *Análise e diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico*. Convênio FAO-SDAA/INCRA, 1999.
- GUIJT, I.; GAVENTA, J. El seguimiento y evaluación participativos: ¿Cómo aprender del cambio? *IDS Policy Briefings* - Síntesis Informativa, n. 12, 1998.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-447, 1997.
- PETERSEN, Paulo; ROMANO, Jorge O. (orgs.). *Abordagens participativas para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid-Brasil, 1999.
- PRETTY, Jules N. *Regenerating agriculture*: policies and practice for sustainability and self-reliance. London: Earthscan, 1995. 320p.
- ROCHA, C. H.; SOUZA, M. L. de P.; MILANO, M. S. *Ecologia da paisagem e manejo sustentável dos recursos naturais*. *Geografia*, Rio Claro, v. 22, n. 2, p. 57-79, out. 1997.
- RUDIO, Franz Vitor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SCOONES, Ian; THOMPSON, John. *Beyond farmer first*. IT Publications, 1994. 288p.
- WEID, Jean Marc van der. *A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. Textos para Debate, 57.

ANEXOS

ANEXO 01

Questionário aos atores locais sobre a prática do instrumento Leitura da Paisagem para diagnóstico da realidade sócio-econômica-ambiental rural do município de Santa Vitória do Palmar-RS realizada nos dias 10 e 11 de outubro de 2001.

Nome: _____ Fone: _____

Atividade: _____ Data: _____
Entidade:

PERGUNTAS:

1-No seu entender quais eram os objetivos do trabalho?

2-Você acha que os objetivos foram alcançados?Por quê?

3-O que mais gostou ao participar dos dois dias de trabalho?

4-O que menos gostou ao participar dos dois dias de trabalho?

5-Você acha que todos os participantes estavam motivados para este tipo de trabalho?Por quê?

6-Você já tinha participado de uma experiência deste tipo?Como foi desenvolvida?O que foi concluído?Ela levou a alguma mudança?De que tipo?

7-Cite a entidade (ou pessoa) que na sua opinião teve o maior grau de participação nos dois dias do trabalho e a que teve o menor grau de participação?

8-Você acha que o documento final traduz bem as discussões dos grupos?Por quê?

9-Você conhecia todas as localidades do meio rural de Santa Vitória?

10-Você acha que os roteiros de saídas à campo proporcionaram o contato com todas as regiões representativas da realidade rural?Por quê?

11-Você acha que o trabalho realizado em outubro/2001, mês de primavera, prejudica o conhecimento da realidade rural de forma completa?Por quê?

12-Você conhecia todas as regiões homogêneas que foram identificadas e delimitadas? Ficou surpreso com a conformação de alguma região identificada? Qual?

13-O grupo participante é representativo da diversidade de entidades e atividades do meio rural? Por quê?

14-Você acha que o resultado do trabalho reflete a realidade sócio-econômica-ambiental rural de Santa Vitória? Por quê?

15-Você acha que os problemas enfrentados pela população rural estão identificados no documento final? Exemplifique.

16-O documento final da Leitura da Paisagem permite identificar as ações prioritárias em cada uma das regiões delimitadas? Exemplifique.

17-Ao fazer o roteiro de campo (saídas das equipes em veículos) você: () ouviu mais
() observou mais () analisou mais () discutiu mais

18-Quem sua equipe entrevistou dos segmentos abaixo nas saídas à campo. Coloque o número de pessoas entrevistadas em cada categoria.

() desempregados	() pequenos produtores
() aposentados	() médios produtores
() trabalhadores rurais	() grandes produtores
() pescadores artesanais	()
outros: _____	

19-Você acha que o documento final, com o mapa e a caracterização das regiões foi um produto coletivo da participação de todos os presentes ou retrata somente a visão dos técnicos? Por quê?

20-Você se sentiu estimulado a participar? Você identifica alguma situação ou fato que restringiu a expressão das suas opiniões?

21-Em que assuntos apareceram as maiores diferenças de ponto de vista? As discussões fizeram as pessoas “mudar de idéia”? Exemplifique.

22-Como você avalia a mediação e a facilitação na condução dos trabalhos pelo técnico encarregado? Por quê?

23-A participação neste trabalho lhe trará benefícios para atuação no Conselho Municipal ou em reuniões relacionadas com o setor agropecuário?Exemplifique.

24-Qual utilidade você acha que tem o documento final elaborado?Ela esta sendo utilizado por alguém, pessoa ou entidade, em benefício da população rural?